

HABEAS CORPUS Nº 493.486 - SP (2019/0042968-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID MACEDO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DAVID MACEDO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação n. 0000510-81.2018.8.26.0616.

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, à pena de 6 anos de reclusão, em regime fechado.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, pretendendo a absolvição por falta de provas ou pela redução da pena, como afastamento da reincidência ou pela alteração da fração da agravante para 1/6.

O recurso foi desprovido, nos termos do acórdão de fls. 43/56.

No presente *writ*, a defesa reitera a alegação de excesso na dosimetria, apontando *bis in idem* decorrente de dupla valoração da reincidência.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a redução da pena.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações

relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

